

FERNANDO CAPEZ

Procurador de Justiça licenciado e Deputado Estadual. Presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (2007-2010). Mestre em Direito pela USP e Doutor pela PUC-SP. Professor da Escola Superior do Ministério Público e de Cursos Preparatórios para Carreiras Jurídicas. Autor de obras jurídicas. Atualmente é Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo e também Presidente do Colégio de Presidentes das Assembleias Legislativas do Brasil.

CURSO DE **PROCESSO PENAL**

24ª edição

2017

saraiva  jur

ISBN 978-85-472-1396-1

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057Av. das Nações Unidas, 7.221, 1º andar, Setor B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902
SAC | 0800-0117875
De 2ª a 6ª, das 8h às 18h
www.editorasaraiva.com.br/contato

Capez, Fernando

Curso de processo penal / Fernando Capez. – 24. ed. – São Paulo : Saraiva, 2017.

1. Processo penal 2. Processo penal - Jurisprudência - Brasil I. Título.

16-1323

CDU 343.1

Índice para catálogo sistemático:

1. Processo penal : Direito penal 343.1

Presidente Eduardo Mufarej
Vice-presidente Claudio Lensing
Diretora editorial Flávia Alves Bravin

Conselho editorial
Presidente Carlos Ragazzo
Consultor acadêmico Murilo Angeli Dias dos Santos

Gerente editorial Thais de Camargo Rodrigues
Edição Eveline Gonçalves Denardi
Verônica Pivisan Reis

Produção editorial Ana Cristina Garcia (coord.)
Luciana Cordeiro Shirakawa
Clarissa Boraschi Maria (coord.)
Guiherme H. M. Salvador
Kelli Priscila Pinto
Marília Cordeiro
Mônica Landi
Surane Vellenich
Tatiana dos Santos Romão
Tiago Dela Rosa

Projeto gráfico Mônica Landi
Diagramação e revisão Know-How Editorial

Comunicação e MKT Elaine Cristina da Silva
Capa Roney Carmelo

Produção gráfica Marli Rampim
Impressão e acabamento Brasiform Editora e Ind. Gráfica

Data de fechamento da edição: 19-12-2016

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 602487 CAE 603509

1084617

ÍNDICE

<i>Sobre o Autor</i>	7
<i>Abreviaturas</i>	9
<i>Prefácio</i>	37
1. Introdução	41
1.1. Conceito de processo penal	41
1.2. O processo penal e o direito de punir	41
1.3. Conteúdo do processo penal	43
Questões	44
2. Jurisdição	45
2.1. Interesse, pretensão, conflitos de interesse e litígio	45
2.2. Autotutela	46
2.3. Autocomposição	47
2.4. A intervenção de terceiro, a mediação e o processo	47
2.5. Características da jurisdição	49
2.5.1. Substitutividade	49
2.5.2. Escopo de atuação do direito	49
2.5.3. Inércia	50
2.5.4. Imutabilidade (ou definitividade)	50
2.5.5. Lide	50
2.6. Princípios próprios da jurisdição	50
2.6.1. Investidura	50
2.6.2. Indelegabilidade	51
2.6.3. Inevitabilidade	51
2.6.4. Inafastabilidade (ou princípio do controle jurisdicional)... ..	51
2.6.5. Juiz natural	51
2.7. Finalidades da jurisdição	52
2.8. Espécies de jurisdição	52
2.9. Jurisdição necessária	52
Questões	53
3. Processo	54
3.1. Processo, procedimento e relação jurídica processual	54

3.2. Elementos identificadores da relação processual	55
3.2.1. Sujeitos processuais	56
3.2.2. Objeto da relação processual	56
3.2.3. Pressupostos processuais	56
3.3. Formas do procedimento	57
3.4. Princípios gerais informadores do processo	60
3.4.1. Imparcialidade do juiz	60
3.4.2. Igualdade processual	60
3.4.3. Contraditório	60
3.4.4. Ampla defesa	62
3.4.5. Da ação ou demanda	62
3.4.6. Da disponibilidade e da indisponibilidade	63
3.4.7. Oficialidade	64
3.4.8. Oficiosidade	64
3.4.9. Da verdade formal ou dispositivo	64
3.4.10. Da verdade material ou da livre investigação das provas	65
3.4.11. Do impulso oficial	65
3.4.12. Da persuasão racional do juiz	65
3.4.13. Da motivação das decisões judiciais	65
3.4.14. Publicidade	66
3.4.15. Lealdade processual	67
3.4.16. Economia processual	67
3.4.17. Celeridade processual	68
3.4.18. Duplo grau de jurisdição	69
3.4.19. Juiz natural	70
3.4.20. Promotor natural	70
3.5. Pretensão punitiva	70
3.6. Princípios informadores do processo penal	71
3.6.1. Verdade real	71
3.6.2. Legalidade	73
3.6.3. Oficialidade	74
3.6.4. Oficiosidade	74
3.6.5. Autoritariedade	74
3.6.6. Indisponibilidade	75
3.6.7. Publicidade	75
3.6.8. Contraditório	75
3.6.9. Iniciativa das partes (<i>ne procedat iudex ex officio</i>)	76
3.6.10. <i>Ne eat iudex ultra petita partium</i>	77
3.6.11. Identidade física do juiz	77
3.6.12. Devido processo legal	78
3.6.13. Inadmissibilidade das provas obtidas por meios ilícitos	78
3.6.14. Estado de inocência	79
3.6.15. <i>Favor rei</i>	80
3.6.16. Brevidade processual	80

3.6.17. Promotor natural	80
3.7. Tipos de processo penal	81
3.7.1. Acusatório	81
3.7.2. Inquisitivo	81
3.7.3. Misto	82
Jurisprudência	82
Questões	85
4. Eficácia da lei processual penal no tempo	86
Jurisprudência	90
Questões	91
5. Eficácia da lei processual penal no espaço	92
Questões	93
6. Imunidades	94
6.1. Imunidades diplomáticas	94
6.2. Imunidades parlamentares	94
6.3. Imunidade material	95
6.4. Imunidade processual	96
6.5. Imunidade prisional	98
6.6. Do foro especial por prerrogativa de função	98
6.7. Prerrogativa de foro de outras autoridades	99
6.8. Imunidade para servir como testemunha	100
6.9. Imunidades parlamentares e estado de sítio	101
6.10. Vigência e retroatividade da EC n. 35/2001	101
6.11. Imunidade penal temporária do presidente da República ...	101
Jurisprudência	101
Questões	103
7. Interpretação da lei processual penal	104
7.1. Conceito	104
7.2. Espécies	104
7.3. Interpretação da norma processual	105
7.4. Formas de procedimento interpretativo	105
Questões	105
8. Analogia	106
8.1. Conceito	106
8.2. Fundamento	106
8.3. Natureza jurídica	106
8.4. Distinção	106
8.5. Espécies	107
8.6. Norma processual	107
Jurisprudência	107

Questões	108
9. Fontes do direito processual penal	109
9.1. Conceito	109
9.2. Espécies	109
9.3. Fonte de produção	109
9.4. Fonte formal	109
9.5. Costume	110
9.6. Princípios gerais do direito	110
9.7. Lei processual	110
Questões	110
10. Inquérito policial	111
10.1. Conceito	111
10.2. Polícia judiciária	111
10.3. Competência e atribuição	112
Jurisprudência	114
10.4. Finalidade	115
10.5. Inquéritos extrapoliciais	115
Jurisprudência	116
10.6. Características	117
10.6.1. Procedimento escrito	117
10.6.2. Sigiloso	117
10.6.3. Oficialidade	119
10.6.4. Oficiosidade	119
10.6.5. Autoritariedade	119
10.6.6. Indisponibilidade	119
10.6.7. Inquisitivo	119
Jurisprudência	120
10.7. Valor probatório	120
Jurisprudência	121
10.8. Vícios	122
Jurisprudência	122
10.9. Juizados especiais (Lei n. 9.099/95)	122
10.10. Dispensabilidade	123
Jurisprudência	123
10.11. Incomunicabilidade	124
10.12. <i>Notitia criminis</i>	124
10.13. Início do inquérito policial	125
10.13.1. Crime de ação penal pública incondicionada (CPP, art. 5º, I e II, §§ 1º, 2º e 3º)	125
10.13.2. Crime de ação penal pública condicionada (CPP, art. 5º, § 4º)	127
10.13.3. Crime de ação penal privada (CPP, art. 5º, § 5º) ...	128
10.14. Peças inaugurais do inquérito policial	129

Jurisprudência	129
10.15. Providências	132
10.16. Indiciamento	138
Jurisprudência	141
10.17. Encerramento	144
10.18. Prazo	145
10.19. Prazos especiais	148
10.20. Contagem do prazo	148
Jurisprudência	149
10.21. Arquivamento	150
10.22. Investigações criminais presididas diretamente pelo representante do Ministério Público	152
Jurisprudência	156
10.23. Investigação do crime de tráfico de pessoas	161
Questões	164
11 Ação penal	165
11.1. Conceito	165
11.2. Características	165
11.3. Espécies de ação penal no direito brasileiro	165
11.4. As condições da ação penal	167
11.4.1. Possibilidade jurídica do pedido	167
11.4.2. Interesse de agir	168
11.4.3. Legitimação para agir	168
11.5. Ação penal pública incondicionada: titularidade e princípios	169
11.5.1. Titularidade	169
11.5.2. Princípio da obrigatoriedade	170
11.5.3. Princípio da indisponibilidade	171
11.5.4. Princípio da oficialidade	172
11.5.5. Princípio da autoritariedade	172
11.5.6. Princípio da oficiosidade	172
11.5.7. Princípio da indivisibilidade	172
11.5.8. Princípio da intranscendência	173
11.5.9. Princípio da suficiência da ação penal	173
11.6. Ação penal pública condicionada	174
11.6.1. Conceito	174
11.6.2. Ação penal pública condicionada à representação	175
11.6.3. Crimes cuja ação depende de representação da vítima ou de seu representante legal	175
11.6.4. Natureza jurídica da representação	176
11.6.5. Titular do direito de representação	176
11.6.6. Prazo	178
11.6.7. Forma	180

11.6.8. Destinatário	181
11.6.9. Irretratabilidade	181
11.6.10. Não vinculação	182
11.6.11. Ação penal pública condicionada à requisição do ministro da justiça	182
11.6.12. Ação penal nos crimes contra a dignidade sexual..	184
11.6.12.1. Regra: a ação será pública condicionada à representação do ofendido, incluído o estupro cometido com violência real	184
11.6.12.2. Superação da Súmula 608 do STF.....	184
11.6.12.3. Casos excepcionais de ação penal pública incondicionada.....	185
11.6.13. Ação penal nos crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher – Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006.....	186
Jurisprudência	186
11.7. Ação penal privada: conceito, fundamento e princípios ...	188
11.7.1. Conceito	188
11.7.2. Fundamento	188
11.7.3. Titular	188
11.7.4. Princípio da oportunidade ou conveniência	190
11.7.5. Princípio da disponibilidade	190
11.7.6. Princípio da indivisibilidade	190
11.7.7. Princípio da intranscendência	191
11.8. Ação penal privada: espécies	191
11.8.1. Exclusivamente privada, ou propriamente dita ...	191
11.8.2. Ação privada personalíssima	191
11.8.3. Subsidiária da pública	192
11.8.4. Ação penal secundária	193
11.9. Crimes de ação penal privada no Código Penal	193
11.10. Prazo da ação penal privada	193
11.11. Distinção entre prazo penal e prazo processual	196
Jurisprudência	197
11.12. Taxa judiciária na ação penal privada	198
Questões	198
12. Denúncia e queixa	199
12.1. Conceito	199
12.2. Requisitos: art. 41 do Código de Processo Penal	199
Jurisprudência	203
12.3. Omissões	207
12.4. Prazo para a denúncia (CPP, art. 46)	208
12.5. Prazo para a queixa (CPP, art. 38)	208

12.6.	Aditamento da queixa	208
12.7.	Rejeição da denúncia ou queixa: art. 395 do CPP	209
12.7.1.	Inépcia da denúncia ou queixa	210
12.7.2.	Ausência de pressuposto processual	210
12.7.3.	Ausência de condição para o exercício da ação penal	210
12.7.4.	Ausência de justa causa para o exercício da ação penal	212
12.8.	Fundamentação no recebimento	212
12.9.	Recurso	213
12.10.	Absolvição sumária	214
12.11.	Rejeição posterior da denúncia recebida	214
	Jurisprudência	215
	Questões	217
13.	Ação civil <i>ex delicto</i>	218
	Questões	223
14.	Sujeitos processuais	224
14.1.	Juiz penal	225
14.2.	Prerrogativas e vedações	226
14.3.	Ministério Público	228
14.4.	Prerrogativas e vedações	229
14.5.	Princípios – art. 127, § 1º, da Constituição Federal	230
14.5.1.	Unidade e indivisibilidade	230
14.5.2.	Independência	230
14.5.3.	Autonomia funcional e administrativa (art. 127, § 2º, da CF/88)	231
14.6.	Querelante	231
14.7.	Acusado	231
14.8.	Identificação	233
14.9.	Presença, direito ao silêncio e revelia	234
14.10.	Outras garantias fundamentais	236
14.11.	Defensor	237
14.12.	Defensor constituído	239
14.13.	Defensor dativo	240
14.14.	Curador	241
14.15.	Assistente	242
14.16.	Ministério Público e ação penal privada	242
14.17.	Funções do assistente: natureza jurídica	246
14.18.	Admissão	248
14.19.	Atividades do assistente	249
14.20.	Prazo para interpor recurso	253

Jurisprudência	255
Questões	256
15. Competência	257
15.1. Conceito de jurisdição	257
15.2. Origem etimológica da palavra “jurisdição”	257
15.3. Princípios da jurisdição	258
15.4. Características da jurisdição	258
15.5. Competência	258
15.6. Conceito de competência	259
15.7. Espécies de competência	259
15.8. Como saber qual o juízo competente?	260
15.9. Outros critérios para se saber qual o juiz competente	277
15.10. Diferença entre competência material e competência fun- cional	278
15.11. Competência absoluta e relativa	279
15.12. Prorrogação de competência necessária e voluntária	279
15.13. Delegação de competência	280
15.14. Competência <i>ratione materiae</i> na Constituição Federal	280
15.15. Competência pelo lugar da infração: teoria adotada e regras especiais	281
15.16. Competência pelo domicílio ou residência do réu	283
15.17. Competência pela natureza da infração	283
15.17.1. Federalização das causas relativas a direitos huma- nos. Do incidente de deslocamento de competên- cia (EC n. 45/2004)	287
15.17.2. Do Tribunal Penal Internacional. Competência para julgar genocídio, crimes de guerra, contra a humanidade e de agressão (EC n. 45/2004)	289
15.18. Competência por distribuição	290
15.19. Competência por conexão	290
15.19.1. Espécies de conexão	290
15.20. Competência por continência	291
15.21. Foro prevalente	292
15.22. Separação de processos	294
15.23. Competência por prevenção	295
15.24. <i>Perpetuatio jurisdictionis</i>	296
Jurisprudência	297
Questões	303
16. Prisão	304
16.1. Introdução	304

16.1.1.	Finalidade das novas regras da prisão provisória ..	304
16.1.2.	Prisão provisória: imprescindibilidade	304
16.1.3.	Hipóteses de prisão provisória: ser preso e permanecer preso.....	304
16.1.4.	Caráter excepcional da prisão preventiva: restrição de hipóteses para seu cabimento e natureza subsidiária como providência cautelar.....	305
16.1.5.	Revisão obrigatória de todos os casos de prisão provisória	305
16.1.6.	Modificações operadas no instituto da fiança.....	306
16.1.7.	Aplicação da lei processual penal no tempo	306
16.2.	Conceito.....	307
16.3.	Espécies de prisão.....	307
16.4.	Mandado de prisão	311
16.5.	Prisão em domicílio	312
16.6.	Prisão em perseguição	313
16.7.	Prisão fora do território do juiz	313
16.8.	Custódia	314
16.9.	Uso de algemas	314
16.10.	Prisão especial	319
16.11.	Prisão provisória domiciliar	320
16.12.	Prisão em flagrante	320
16.12.1.	Espécies de flagrante	321
16.12.2.	Flagrante nas várias espécies de crimes	324
16.12.3.	Sujeitos do flagrante	325
16.12.4.	Auto de prisão em flagrante	328
16.12.5.	Modificações operadas pela Lei n. 12.403/2011: reflexos na prisão em flagrante	333
16.12.6.	Relaxamento da prisão em flagrante pela própria autoridade policial	333
16.12.7.	Prisão em flagrante por apresentação espontânea..	334
16.12.8.	Audiência de custódia	335
16.13.	Prisão preventiva	337
16.13.1.	Conceito	337
16.13.2.	Natureza	337
16.13.3.	Presunção da inocência e prisão cautelar	338
16.13.4.	Pressupostos para a prisão preventiva: <i>fumus boni iuris</i>	338
16.13.5.	Requisitos para a prisão preventiva: <i>periculum in mora</i>	339
16.13.6.	Hipóteses de cabimento da prisão preventiva.....	340
16.13.7.	Momento para a decretação da prisão preventiva	341
16.13.8.	Recurso contra a decisão que decretar a prisão preventiva	342

16.13.9. Modalidades de prisão preventiva: autônoma; transformada ou convertida; e substitutiva ou subsidiária	342
16.13.10. Prisão preventiva domiciliar.....	344
16.13.11. Prisão preventiva, medidas cautelares e detração penal	346
16.13.12. Prazo para conclusão do inquérito policial no caso de indiciado preso.....	347
16.13.12.1. Termo inicial do prazo na hipótese de conversão do flagrante em preventiva.	347
16.13.13. Conversão do flagrante em prisão preventiva, sem oferecimento da denúncia: possibilidade.....	348
16.13.14. Fundamentação	349
16.13.15. Revogação	350
16.13.16. Momentos processuais em que a prisão preventiva deverá ser necessariamente revista	350
16.14. Prisão temporária	350
16.15. Medidas cautelares	353
16.15.1. Pressupostos constitucionais: necessidade e adequação.....	353
16.15.2. Caráter subsidiário da preventiva: preponderância das medidas cautelares alternativas	354
16.15.3. Rol de medidas cautelares.....	354
16.15.4. Necessidade e adequação para as medidas cautelares alternativas	355
16.15.5. Ressalvas legais.....	356
16.15.6. Decretação das medidas cautelares.....	356
16.15.7. Contraditório	357
16.15.8. Descumprimento das obrigações impostas: prisão preventiva é a <i>ultima ratio</i>	357
16.16. Liberdade provisória	357
16.16.1. Conceito	357
16.16.2. Espécies	358
16.16.3. Liberdade provisória sem a necessidade de recolhimento de fiança	359
16.16.4. Competência para a concessão.....	359
16.16.5. Recurso.....	360
16.16.6. Liberdade provisória com fiança	360
16.16.6.1. A liberdade provisória como regra	360
16.16.6.2. Conceito de fiança criminal.....	360
16.16.6.3. Natureza cautelar	360
16.16.6.4. Momento para concessão da fiança..	361
16.16.6.5. Modalidades de fiança	361

16.16.6.6. Arbitramento da fiança: critérios para a concessão.....	361
16.16.6.7. Dispensa do pagamento em razão da situação econômica.....	361
16.16.6.8. Reforço da fiança.....	362
16.16.6.9. Obrigações processuais decorrentes da fiança.....	362
16.16.6.10. Momento e competência para a sua concessão.....	362
16.16.6.11. Prática de mais de um crime passível de fiança.....	362
16.16.6.12. Delito afiançável e existência de motivo para decretação da prisão preventiva.....	363
16.16.6.13. Quebramento da fiança.....	363
16.16.6.13.1. Efeitos do quebramento da fiança.....	363
16.16.6.14. Perdimento da fiança.....	363
16.16.6.15. Cassação da fiança.....	364
16.16.6.16. Infrações inafiançáveis.....	364
Jurisprudência.....	365
Questões.....	368
17. Prova.....	369
17.1. Conceito e objetivo.....	369
17.2. Objeto.....	369
17.2.1. Fatos que independem de prova.....	370
17.2.2. Fatos que dependem de prova.....	371
17.2.3. Prova do direito.....	371
17.3. Prova proibida.....	371
17.3.1. Conceito.....	371
17.3.2. Provas ilícitas por derivação e a teoria dos “frutos da árvore envenenada” (<i>fruits of the poisonous tree</i>). Princípio da proporcionalidade.....	373
17.3.3. Provas ilícitas e a Lei n. 11.690/2008.....	380
17.3.4. Provas ilícitas e a inviolabilidade do sigilo das comunicações. Comunicação por carta e telegráfica.....	383
17.3.5. Provas ilícitas e a inviolabilidade do sigilo das comunicações. Comunicações telefônicas.....	384
17.3.6. Inviolabilidade do sigilo das comunicações. Comunicações telefônicas. Interceptação. Requisitos legais constantes da Lei n. 9.296/96.....	394
17.3.7. Provas ilícitas e a quebra do sigilo bancário e fiscal.....	401

17.4.	Classificação das provas	404
17.5.	Meios de prova	405
17.6.	Ônus da prova	406
17.6.1.	Procedimento probatório	408
17.6.2.	Prova emprestada	409
17.6.3.	O álibi	409
17.7.	Sistemas de apreciação	409
17.8.	Princípios gerais das provas	411
17.9.	A providência cautelar da busca e apreensão	411
17.9.1.	Natureza jurídica	412
17.9.2.	Objeto	412
17.9.3.	Busca em repartição pública	413
17.9.4.	Busca domiciliar	413
17.9.4.1.	Restrição	414
17.9.4.2.	Horário	414
17.9.4.3.	Requisitos	415
17.9.5.	Busca pessoal	415
17.9.5.1.	Requisitos	415
17.9.5.2.	Restrições	415
17.9.6.	Da apreensão	415
17.10.	Das perícias	415
17.10.1.	Conceito	415
17.10.1.1.	Natureza jurídica	416
17.10.1.2.	Requisitos	416
17.10.1.3.	Determinação das perícias	417
17.10.1.4.	Espécies de perícias	417
17.10.1.5.	Do procedimento da perícia	418
17.10.1.6.	Laudo pericial	419
17.10.2.	Do exame de corpo de delito	419
17.10.2.1.	Conceito	419
17.10.2.2.	Distinção entre corpo de delito e exame de corpo de delito	419
17.10.2.3.	Distinção entre exame de corpo de deli- to direto e indireto	420
17.10.2.4.	Indispensabilidade do exame de corpo de delito	420
17.10.2.5.	Impossibilidade do exame de corpo de delito direto em infração que deixa ves- tígio	420
17.10.2.6.	Espécies	421
17.10.3.	Perito	421
17.10.3.1.	Conceito	421

17.10.3.2. Espécies	421
17.10.3.3. Impedimentos	421
17.10.4. Perícia psiquiátrica	422
17.10.5. Questões polêmicas	422
17.11. Interrogatório	423
17.11.1. Conceito	423
17.11.2. Natureza	424
17.11.3. Alterações promovidas pela Lei n. 11.719/2008	426
17.11.4. Características	428
17.11.5. Ausência de interrogatório no curso da ação	431
17.11.6. Princípio da identidade física do juiz	431
17.11.7. Interrogatório por videoconferência	433
17.11.8. Silêncio e mentira do réu	437
17.11.9. Espécies de interrogatório	438
17.11.10. Revel	438
17.11.11. O conteúdo do interrogatório	438
17.12. Confissão. Conceito. Fatores determinantes	439
17.12.1. Espécies de confissão	440
17.12.2. Valor probante da confissão	440
17.12.3. Características da confissão (CPP, art. 200)	441
17.12.4. Confissão ficta	441
17.12.5. Delação	442
Jurisprudência	442
17.13. Prova testemunhal ou testemunha	443
17.13.1. Conceito	443
17.13.2. Características da prova testemunhal	443
17.13.3. Características das testemunhas	444
17.13.4. Dispensas e proibições	445
17.13.5. Testemunha suspeita. Conceito e distinções	446
17.13.6. Causas de suspeição	446
17.13.7. Contradita	446
17.13.8. Número de testemunhas	447
17.13.9. Classificação das testemunhas	447
17.13.10. Deveres da testemunha	448
17.13.11. Procedimento	448
17.13.12. Termo	451
17.13.13. Sistema de exame judicial	451
17.13.14. Depoimento infantil	451
17.13.15. Testemunho de policiais	451
17.13.16. Incomunicabilidade	452
17.13.17. Falso testemunho (art. 342 do CP)	452
17.13.18. Lugar do depoimento	453

17.13.19. Precatórias	454
17.13.20. Militares e funcionários	456
17.13.21. Ofendido	456
17.13.22. Questões polêmicas	458
17.14. Reconhecimento de pessoas e coisas (arts. 226 a 228)	458
17.14.1. Definição e elementos	458
17.14.2. Natureza jurídica	459
17.14.3. Reconhecimento de pessoas	459
17.14.4. Reconhecimento de coisas	461
17.15. Acareação. Pressupostos	461
17.16. Documentos	462
17.16.1. Conceito legal	462
17.16.2. Função do documento	462
17.16.3. Produção	462
17.16.4. Limitação da produção de prova documental ...	462
17.16.5. Autor do documento	463
17.16.6. Meio de formação do documento	463
17.16.7. Conteúdo do documento	464
17.16.8. Autenticidade	464
17.16.9. Classificação geral dos documentos	464
17.16.10. Documento e instrumento	465
17.16.11. Instrumento público. Classificação. Eficácia	466
17.16.12. Instrumento particular	467
17.16.13. Força probante dos documentos particulares assinados.....	468
17.16.13.1. Da autenticidade dos documentos parti- culares e seus efeitos	468
17.16.13.2. Prova da data dos documentos parti- culares	468
17.16.14. Força probante do telegrama, radiograma e ou- tros meios de transmissão	469
17.16.15. Força probante das reproduções mecânicas	469
17.16.16. Força probante dos documentos não assinados	469
17.16.17. Originais e cópias	470
17.16.18. Admissão de documento	470
17.16.19. Desentranhamento de documentos	471
17.16.20. Vícios dos documentos	471
17.16.21. Falsidade e incidente	472
17.17. Índícios e presunções	472
17.17.1. Definições	472
17.17.2. Natureza jurídica	473
17.17.3. Valor probante	473

17.18. Prova de fora da terra	474
17.19. Prova antecipada	474
17.20. Prova emprestada	474
17.21. Delação. Definição, natureza e valor	475
Jurisprudência	476
Questões	478
18. Das questões e processos incidentes	479
18.1. Compreensão do tema	479
18.1.1. Definição de prejudicialidade	480
18.1.2. Elementos essenciais da prejudicialidade	480
18.1.3. Classificação	480
18.1.4. Sistemas de solução	482
18.1.5. Prejudicial e prescrição	483
18.1.6. Efeito	483
18.1.7. Recurso contra despacho que suspende a ação	483
18.1.8. Diferença entre questão prejudicial e questão preliminar	484
18.2. As exceções	484
18.2.1. Conceito	484
18.2.2. Compreensão do tema	484
18.2.3. Espécies	485
18.2.4. Classificação tradicional	485
18.2.5. Suspeição	485
18.2.5.1. Processamento	487
18.2.5.2. Requisitos da exceção	488
18.2.5.3. Procedimento perante o juiz suspeito ...	488
18.2.5.4. Procedimento perante o tribunal	489
18.2.5.5. Contra quem pode ser alegada a suspeição?	489
18.2.5.6. Cabe exceção de suspeição contra autoridades policiais?	490
18.2.5.7. Efeitos da suspeição	490
18.2.5.8. Existe recurso contra reconhecimento espontâneo de suspeição?	490
18.2.6. Incompetência de juízo. Procedimento	490
18.2.7. Litispendência	492
18.2.7.1. Elementos que identificam a demanda, impedindo a litispendência	492
18.2.7.2. Recursos	492
18.2.8. Ilegitimidade de parte	493
18.2.8.1. Ilegitimidade <i>ad processum</i> ou <i>ad causam</i> ..	493

18.2.8.2.	Efeitos do reconhecimento	493
18.2.8.3.	Recursos	493
18.2.8.4.	Procedimento	494
18.2.9.	Coisa julgada	494
18.2.9.1.	Distinção entre coisa julgada formal e coisa julgada material	494
18.2.9.2.	História	494
18.2.9.3.	Teorias	495
18.2.9.4.	Função	497
18.2.9.5.	Natureza jurídica	497
18.2.9.6.	Cabimento da exceção de coisa julgada..	497
18.2.9.7.	Rito	498
18.2.9.8.	Fases	499
18.2.9.9.	A coisa julgada no crime continuado e no concurso de agentes	499
18.2.10.	Impedimentos do Ministério Público e órgãos auxiliares.....	499
18.2.11.	Conflito de jurisdição	499
18.2.11.1.	Conceito e espécies	499
18.2.11.2.	Conflito de atribuições	500
18.2.11.3.	Processamento	501
18.2.11.4.	Competência para julgar	501
Jurisprudência	502
18.2.12.	Restituição de coisas apreendidas	504
18.2.12.1.	Restituição: objetos restituíveis, oportunidade, procedimento	506
18.2.12.2.	Coisas restituíveis e não restituíveis. Instrumentos do crime	506
18.2.12.3.	Apreensão na hipótese do art. 19 da LCP	507
18.2.12.4.	Produtos diretos e indiretos do crime	508
18.2.12.5.	Restituição feita pela autoridade policial	509
18.2.12.6.	Restituição feita pelo juiz criminal	509
18.2.12.7.	Direito de terceiro de boa-fé	510
18.2.12.8.	Restituição de coisas facilmente deterioráveis.....	510
18.2.12.9.	Coisas adquiridas com os proventos do crime	511
18.2.12.10.	Destino dos objetos apreendidos	512
18.2.12.11.	Coisas apreendidas em face de descaminho ou contrabando	514
18.2.12.12.	E quando o instrumento do crime for arma de fogo?	514

18.2.12.13. Lei de Drogas (Lei n. 11.343/2006)	517
18.2.13. Medidas assecuratórias	520
18.2.13.1. Considerações iniciais	520
18.2.13.1.1. O papel da vítima	520
18.2.13.1.2. O processo reparatório	521
18.2.13.2. Medidas assecuratórias	522
18.2.13.2.1. O sequestro previsto nos arts. 125 e 132 do CPP	523
18.2.13.2.2. Requisitos para o sequestro	524
18.2.13.2.3. Competência	524
18.2.13.2.4. Recurso	524
18.2.13.2.5. Procedimento	524
18.2.13.2.6. Embargos ao sequestro	524
18.2.13.2.7. Competência para julgar os embargos	525
18.2.13.2.8. Levantamento do sequestro ..	525
18.2.13.2.9. Leilão e depósito	525
18.2.13.3. Hipoteca legal	526
18.2.13.3.1. Classificação	526
18.2.13.3.2. Oportunidade	527
18.2.13.3.3. Pressupostos	527
18.2.13.3.4. Finalidades.....	527
18.2.13.3.5. Liquidação	528
18.2.13.4. O arresto previsto no art. 137 do CPP ...	528
18.2.13.4.1. Oportunidade	528
18.2.13.4.2. Pressupostos	528
18.2.13.5. Relação das medidas confiscatórias no processo penal e dispositivos correlatos do direito penal	529
18.2.14. Incidente de falsidade	530
18.2.14.1. Processamento	530
18.2.14.2. Efeitos	530
18.2.15. Incidente de insanidade mental do acusado. Proce- dimento	530
Jurisprudência	531
Questões	533
19. Sentença	534
19.1. Breve histórico	534
19.2. Natureza jurídica	535
19.3. Classificação das decisões	535
19.4. Conceito de sentença em sentido estrito	536

19.4.1.	Classificação das sentenças em sentido estrito	536
19.4.2.	Requisitos formais da sentença	537
19.4.3.	Sentença suicida	538
19.4.4.	Embargos declaratórios	539
19.4.4.1.	Requisitos para a oposição dos embarguinhos	539
19.4.5.	Efeitos da sentença	539
19.4.6.	Princípio da correlação	540
19.4.7.	<i>Emendatio libelli</i>	540
19.4.8.	<i>Mutatio libelli</i>	542
19.4.8.1.	<i>Mutatio libelli</i> após a Lei n. 11.719/2008	542
19.5.	Sentença absolutória	544
19.5.1.	Efeitos da sentença absolutória	545
19.6.	Sentença condenatória	546
19.6.1.	Efeitos da sentença condenatória	546
19.6.2.	Publicação	548
19.6.3.	Inalterabilidade ou retificação da sentença	548
19.6.4.	Intimação da sentença (arts. 390 a 392 do CPP) ..	548
19.6.5.	Taxa judiciária	550
19.6.6.	Detração penal na sentença penal condenatória ...	551
19.7.	Crise da instância	552
	Jurisprudência	553
	Questões	555
20.	Dos processos em espécie	556
20.1.	Processo e procedimento	556
20.1.1.	Definição de processo	556
20.1.2.	Sistemas processuais	556
20.1.3.	Características do sistema acusatório	556
20.1.4.	Pressupostos de existência da relação processual .	557
20.1.5.	Pressupostos de validade da relação processual ...	557
20.1.6.	Distinção entre processo e procedimento	557
20.1.7.	Da reformulação dos procedimentos operada pelas Leis n. 11.689/2008 e 11.719/2008	557
20.1.7.1.	Noções introdutórias	557
20.1.7.2.	Procedimento comum. Âmbito de incidência	559
20.2.	Procedimento ordinário	561
20.2.1.	Início da instrução	562
20.2.1.1.	Defesa inicial e absolvição sumária	562
20.2.2.	Audiência de instrução e julgamento	567

20.3.	Procedimento sumário	572
20.3.1.	Introdução	572
20.3.1.1.	Procedimento judicialiforme foi revogado	573
20.3.1.2.	Procedimentos <i>ex officio</i> instaurados antes da Constituição Federal de 1988	573
20.3.1.3.	Rito procedimental	574
20.4.	Da citação	577
20.4.1.	Conceito	577
20.4.2.	Quem determina a citação	578
20.4.3.	Falta de citação	578
20.4.4.	Hipóteses de conhecimento da imputação antes mesmo da citação	579
20.4.5.	Efeitos da citação válida	579
20.4.6.	Consequências do não atendimento à citação	579
20.4.7.	Classificação	580
20.4.8.	Da citação por mandado	580
20.4.8.1.	Requisitos intrínsecos da citação por mandado	581
20.4.8.2.	Requisitos extrínsecos da citação por mandado	581
20.4.8.3.	Dia e hora da citação	581
20.4.9.	Citação por carta precatória	582
20.4.9.1.	Requisitos intrínsecos da citação por carta precatória	582
20.4.9.2.	Caráter itinerante da carta precatória	582
20.4.9.3.	Interrogatório por carta precatória	583
20.4.10.	Citação do militar	583
20.4.11.	Citação do preso	583
20.4.12.	Citação do funcionário público	584
20.4.13.	Réu no estrangeiro	584
20.4.14.	Citação por carta de ordem	585
20.4.15.	Citação por edital	585
20.4.15.1.	Pressuposto da citação por edital	585
20.4.15.2.	Hipóteses legais de citação por edital	585
20.4.15.3.	Prazo do edital	586
20.4.15.4.	Requisitos da citação por edital	587
20.4.15.5.	Formalidades extrínsecas à citação por edital	587
20.4.16.	“Citação circunduta”	588
20.4.17.	Inovações introduzidas pela Lei n. 9.271/96	588

20.4.17.1. Principais questões decorrentes da atual Lei	589
20.5. Intimação	593
20.5.1. Definição	593
20.5.2. Distinção entre intimação e notificação	593
20.5.3. Regra geral	593
20.5.4. Publicação	594
20.5.5. Regras especiais	594
Jurisprudência	597
20.6. Procedimento sumaríssimo (Leis n. 9.099/95 e 10.259/2001)	602
20.6.1. Introdução	602
20.6.2. Âmbito de incidência: alteração do conceito de menor potencial ofensivo	604
20.6.3. Regras especiais	604
20.6.4. Procedimento sumaríssimo	611
20.6.4.1. Fase preliminar e transação penal	611
20.6.4.2. Fase processual	618
20.6.4.3. Suspensão condicional do processo	624
20.6.5. Questões finais	627
20.6.5.1. Suspensão condicional do processo	627
20.6.5.2. Representação do ofendido	629
20.6.5.3. Desclassificação para infração de menor potencial ofensivo	630
20.6.5.4. Descumprimento da pena restritiva de direitos na transação penal	630
20.6.5.5. Não pagamento da pena de multa na transação penal	630
20.6.5.6. Da violência doméstica e familiar contra a mulher e da Lei dos Juizados Especiais Criminais	631
20.7. Procedimentos especiais previstos no Código de Processo Penal	635
20.7.1. Procedimento dos crimes falimentares	635
20.7.1.1. Inquérito judicial	636
20.7.1.2. Recebimento da denúncia. Motivação ..	636
20.7.1.3. Competência	636
20.7.1.4. Rito	637
20.7.1.5. Natureza jurídica da sentença que decreta a falência, concede a recuperação judicial ou extrajudicial	637
20.7.1.6. Cientificação do MP e prazo para a propositura da ação penal	637

20.7.1.7.	Relatório	638
20.7.1.8.	Ação penal	638
20.7.1.9.	Efeitos da condenação	639
20.7.1.10.	Prescrição	639
20.7.2.	Procedimento dos crimes contra a honra	639
20.7.2.1.	Introdução	639
20.7.2.2.	Procedimento	641
20.7.2.3.	Do pedido de explicações. Procedimento	643
20.7.3.	Procedimento dos crimes funcionais	644
20.7.3.1.	Introdução	644
20.7.3.2.	Procedimento	645
20.7.4.	Procedimento dos crimes contra a propriedade imaterial.....	646
20.7.4.1.	Introdução	646
Jurisprudência		647
20.8.	Procedimento de competência do Júri popular	649
20.8.1.	Breve histórico	649
20.8.2.	Organização do Júri	652
20.8.3.	Soberania dos veredictos	654
20.8.4.	Rito escalonado	654
20.8.4.1.	<i>Judicium accusationis</i>	654
20.8.4.2.	<i>Judicium causae</i>	662
20.8.4.2.1.	Libelo: extinção pela Lei n. 11.689/2008	662
20.8.4.2.2.	Desaforamento	662
20.8.4.2.3.	Instalação da sessão	664
20.8.4.2.4.	Formação do conselho de sentença.....	665
20.8.4.2.5.	Atos instrutórios	667
20.8.4.2.6.	Debates	668
20.8.4.2.7.	Provas novas	669
20.8.4.2.8.	Formulação dos quesitos	670
20.8.4.2.9.	Votação	672
20.8.4.2.10.	Sentença	672
20.8.4.2.11.	Ata do julgamento	673
20.8.4.2.12.	Atribuições do juiz-presidente	673
20.8.5.	Questões finais específicas sobre Júri	674
20.8.5.1.	Exame de insanidade mental	674
20.8.5.2.	Conferência da urna	674
20.8.5.3.	Número mínimo de jurados	674
20.8.5.4.	Momento de arguir as nulidades	674
20.8.5.5.	Autor principal e partícipe	675

20.8.5.6.	Incomunicabilidade entre jurados	675
20.8.5.7.	Juiz togado que abandona plenário	675
20.8.5.8.	Recusa ou aceitação de jurados	675
20.8.5.9.	Compromisso dos jurados	675
20.8.5.10.	Interrogatório. Nulidades	675
20.8.5.11.	Cópias aos jurados	675
20.8.5.12.	Testemunhas	675
20.8.5.13.	Testemunhas. Pergunta direta	675
20.8.5.14.	Acareação	676
20.8.5.15.	Dispensa de testemunhas	677
20.8.5.16.	Testemunhas residentes fora da comarca	677
20.8.5.17.	Testemunha que não comparece	677
20.8.5.18.	Depoimento pessoal	677
20.8.5.19.	Debates	677
20.8.5.20.	Réplica e tréplica	677
20.8.5.21.	Apertes	678
20.8.5.22.	Intervenção dos jurados	678
20.8.5.23.	Reinquirição de testemunha	678
20.8.5.24.	Dissolução do conselho	678
20.8.5.25.	Esclarecimento do juiz aos jurados na hora de votar	678
20.8.5.26.	Leitura dos quesitos	678
20.8.5.27.	Sala secreta	679
20.8.5.28.	Contradição nas respostas	680
20.8.5.29.	Desclassificação pelo Júri	680
20.8.5.30.	Desclassificação e crimes conexos	680
20.8.5.31.	Algemas no réu durante o julgamento ..	681
20.8.5.32.	Formulação de questões na antiga sistemática do Código de Processo Penal	681
20.9.	Procedimento criminal dos crimes de drogas	683
20.9.1.	Lei n. 11.343/2006	683
20.9.2.	Procedimento esquemático	684
20.9.2.1.	Na polícia	684
20.9.2.2.	Em juízo	684
20.10.	Da informatização do processo judicial (Lei n. 11.419, de 19 de dezembro de 2006)	687
Jurisprudência		689
Questões		694
21.	Nulidades	695
21.1.	Quadro comparativo dos vícios processuais	698
21.2.	Princípios básicos das nulidades	702

21.2.1.	Princípio do prejuízo	702
21.2.2.	Princípio da instrumentalidade das formas ou da economia processual	703
21.2.3.	Princípio da causalidade ou da sequencialidade ..	703
21.2.4.	Princípio do interesse	704
21.2.5.	Princípio da convalidação	704
21.2.6.	Princípio da não preclusão e do pronunciamento <i>ex officio</i>	705
21.3.	Nulidades em espécie	706
21.4.	Momento oportuno para a arguição das nulidades relativas	737
	Jurisprudência	738
	Questões	741
22.	Recursos	742
22.1.	Conceito. Origem	742
22.2.	Fundamentos	743
22.3.	Pressupostos processuais	744
22.3.1.	Pressupostos objetivos	744
22.3.2.	Pressupostos subjetivos	754
22.4.	Interposição	757
22.5.	Efeitos	760
22.6.	Extinção	761
22.7.	Apelação	761
22.7.1.	Origem etimológica	761
22.7.2.	Conceito	762
22.7.3.	Características	762
22.7.4.	Apelação plena e limitada	763
22.7.5.	Legitimidade e interesse	765
22.7.6.	Apelação subsidiária do apelo oficial	767
22.7.7.	Prazo da apelação do assistente da acusação	767
22.7.8.	Renúncia e desistência	768
22.7.9.	Cabimento da apelação nas sentenças do juiz singular	769
22.7.10.	Apelação das decisões do Júri	770
22.7.11.	Prazo	773
22.7.12.	Processamento	775
22.7.13.	Liberdade provisória	777
22.7.14.	Apelação sumária	777
22.7.15.	Apelação ordinária	777
22.7.16.	Deserção	777
22.7.17.	Efeitos	777
22.7.18.	<i>Reformatio in pejus</i>	778

22.7.19. <i>Reformatio in pejus</i> indireta	778
22.7.20. <i>Reformatio in mellius</i>	779
Jurisprudência	780
22.8. Recurso em sentido estrito	782
22.8.1. Conceito	782
22.8.2. Cabimento	782
22.8.3. Competência para o julgamento	794
22.8.4. Prazos	794
22.8.5. Processamento	794
22.8.6. Efeitos	796
Jurisprudência	797
22.9. Protesto por novo Júri	799
22.9.1. Conceito	799
Jurisprudência	799
22.10. Carta testemunhável	800
22.10.1. Conceito	800
22.10.2. Origem histórica	800
22.10.3. Natureza jurídica	800
22.10.4. Procedimento	801
Jurisprudência	802
22.11. Correição parcial	802
22.11.1. Conceito	802
22.11.2. Natureza jurídica	802
22.11.3. Previsão legal	803
22.11.4. Legitimidade ativa	803
22.11.5. Objeto do recurso	803
22.11.6. Processamento	803
22.12. Embargos infringentes	804
22.12.1. Conceito	804
22.12.2. Prazo	804
22.12.3. Cabimento	805
22.12.4. Procedimento	805
Jurisprudência	806
22.13. Embargos declaratórios	807
22.13.1. Conceito	807
22.13.2. Natureza jurídica	807
22.13.3. Prazo	808
22.13.4. Pressupostos	808
22.13.5. Legitimidade	809
22.13.6. Embarguinhos	809
22.13.7. Efeito suspensivo	809
Jurisprudência	809

22.14. Revisão criminal	810
22.14.1. Conceito	810
22.14.2. Origem histórica	810
22.14.3. Natureza jurídica	811
22.14.4. Legitimidade	811
22.14.5. Prazo	813
22.14.6. Cabimento	813
22.14.7. Admissibilidade	814
22.14.8. Competência	814
22.14.9. Processamento	815
Jurisprudência	817
22.15. <i>Habeas corpus</i>	817
22.15.1. Origem histórica do <i>habeas corpus</i> no mundo ...	817
22.15.2. Origem do <i>habeas corpus</i> no Brasil	819
22.15.3. Conceito	820
22.15.4. Natureza jurídica	820
22.15.5. Espécies	821
22.15.6. Legitimidade ativa	821
22.15.7. Legitimidade passiva	821
22.15.8. Admissibilidade	822
22.15.9. Competência	825
22.15.10. Impetração	827
22.15.11. Processamento	828
22.15.12. Julgamento e efeitos	828
22.15.13. Recursos	829
Jurisprudência	829
22.16. Mandado de segurança em matéria criminal	832
22.16.1. Conceito	832
22.16.2. Admissibilidade	832
22.16.3. Legitimidade ativa	833
22.16.4. Legitimidade passiva	834
22.16.5. Competência	835
22.16.6. Procedimento	836
Jurisprudência	840
22.17. Recurso extraordinário	841
22.17.1. Conceito, natureza jurídica e finalidade	841
22.17.2. Condições de admissibilidade	843
22.17.2.1. Repercussão geral das questões cons- titucionais – EC n. 45/2004	846
22.17.3. Legitimidade	849
22.17.4. Interposição e processamento	849

22.17.4.1. Efeito suspensivo.....	851
22.17.5. Súmula vinculante	854
22.17.5.1. Jurisprudência e súmula. Distinção ..	854
22.17.5.2. Súmula vinculante. Previsão legal ...	855
22.17.5.3. Competência para aprovar a súmula vinculante	855
22.17.5.4. Requisitos para aprovar, rever ou cancelar súmula vinculante	855
22.17.5.5. Publicação	856
22.17.5.6. Restrição dos efeitos da súmula vinculante	856
22.17.5.7. Legitimados para provocar a aprovação, revisão e cancelamento da súmula vinculante	856
22.17.5.8. Procedimento	856
22.17.5.9. Reclamação	857
22.17.5.10. Súmulas anteriores à EC n. 45/2004 .	857
22.17.5.11. Súmulas vinculantes editadas em matéria criminal	857
Jurisprudência	859
22.18. Recurso especial	862
22.18.1. Conceito, finalidade e natureza jurídica	862
22.18.2. Condições de admissibilidade	863
Jurisprudência	865
22.19. Recurso ordinário constitucional	866
22.19.1. No Supremo Tribunal Federal	866
22.19.2. No Superior Tribunal de Justiça	867
22.19.3. Procedimento	867
Questões	867
<i>Súmulas do Superior Tribunal de Justiça</i>	869
<i>Súmulas do Supremo Tribunal Federal</i>	877
<i>Súmulas Vinculantes</i>	885